

1

1

2 Aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, realizou-se
3 no Cafezim Vila (Santa Cruz, Aracruz – ES), a décima quarta Reunião Ordinária do
4 Conselho Deliberativo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Municipal
5 (RDSM) Piraquê-Açú e Piraquê-Mirim com a presença dos conselheiros: Aladim
6 Cerqueira (Presidente), Naiara Bitti (Suplente), Wathaanderson de S. Rocha
7 (INCAPER), Ana Paula Corrêa do Carmo (Instituto Peroá), Maria José Magalhães
8 (AMIP), Jonathas da Silva Barreto (Voz da Natureza), Joceli da Conceição
9 (APESCAL), André de Souza Amado (FOREST), Wellington Moura Pego (APECI),
10 Sheila Lopes Félix (ASCAPI), Margareth da S. Cabidelli (CICASC), Luciana B.
11 Casate (SOAST), Isaura S. Vieira (AGRIBOVIS), dos representantes da SEMAM:
12 Rosicléa Mattos (Coordenadora de Unidade de Conservação de Uso Sustentável),
13 Priscila Nobres (Gerente de Projetos) e dos convidados Gilton Luiz Ferreira (UFES),
14 Maykol Hoffmann Silva (UFES – ENEC) e das lideranças do território. O Presidente
15 do Conselho Aladim Cerqueira conferiu o quórum, e deu início a reunião às
16 quatorze horas e quinze minutos agradecendo a presença de todos, todos, e
17 destacou que a pauta contemplava assunto para deliberação, portanto o quórum
18 implicaria ganho à reunião. Feita essa observação, o Sr. Aladim fez a leitura da
19 pauta: Minuta do Perfil das Famílias Beneficiárias; Minuta do Cronograma de
20 execução do Plano de Manejo; proposta do cronograma das Reuniões do Conselho
21 Deliberativo da RDSM – ano 2025; formação do Grupo de Trabalho (GT) para
22 acompanhamento da contratação do Plano de Manejo e os Informes Gerais. Posto
23 isso, Priscila Nobres (Gerente de Projetos) deu início a apresentação do **Item 2 -**
24 **Minuta do Perfil das Famílias Beneficiárias** explanou o mapeamento que foi
25 elaborado após as reuniões que foram realizadas em 30 (trinta) comunidades,
26 dentre elas indígenas, rurais e urbanas, destacando a relação (rio e manguezal) com
27 o território na Unidade de Conservação (UC) Reserva de Desenvolvimento
28 Sustentável Municipal Piraquê-Açu e Mirim (RDSM). As reuniões foram registradas
29 e, após homologação com 294 pessoas sobre o modo de uso na UC, foram
30 elaborados relatórios. Gerou-se uma tabela que resumiu as atividades mais
31 importantes (primárias e secundárias), a qual caracterizou por parâmetros o modo
32 de vida, a ancestralidade, a cultura... do que foi ouvido dentro de cada comunidade.
33 Priscila faz uma ressalva da carteirinha de pesca – Registro Geral de Pesca (RGP),
34 sendo um compromisso do pescador com o Ministério da Pesca e que não é
35 dispensada após adesão da carteirinha de beneficiário da RDSM, ou seja, é
36 necessários os dois registros. O Sr. Presidente Aladim Cerqueira ressalta sobre a
37 capacitação junto ao IBAMA (demanda solicitada em reuniões anteriores), e dos
38 desafios que os pescadores enfrentam na emissão da Nota Fiscal. Informou sobre
39 agenda com o secretário da pesca do estado para tratar de um possível evento de
40 cidadania, específico para os pescadores, com apoio do governo federal e estadual
41 para regularização dos cadastros de pesca. O Sr. Eulalio Marreta (Liderança Irajá),
42 pescador tradicional, relatou das carteirinhas clandestinas e da procura na

2

43 associação para validar essas carteiras, destacando a urgência em legalizar. Priscila
44 Nobres (Gerente de Projetos) se manifesta da importância de validação, da
45 comunidade validar quem realmente é do território e de ser notoriamente
46 reconhecida. O Sr. Marreta sugeriu o validador ser o presidente da associação. O Sr.
47 presidente Aladim Cerqueira se manifesta e reforça a importância de regularizar o
48 cadastro de pescador junto ao Ministério da Pesca, e iniciar o quanto antes o
49 cadastramento dos usuários da RDSM junto a Secretaria de Meio Ambiente. A Sra.
50 Priscila Nobres faz uma complementação quando diferenciou o catador de marisco
51 do pescador, porém a carteirinha do beneficiário da pesca é para os dois. Então,
52 quando for realizado o cadastro do beneficiário será solicitado a carteirinha de pesca
53 (RGP/documento). O Sr. Valdecir Vicente, aldeia areal, se manifesta e ressalta que a
54 carteirinha pode ser retirada via colônia/associação ou pela própria pessoa física
55 requerer o registro pelo ministério, não precisa estar vinculado para solicitar o
56 registro. Um pescador tradicional contesta afirmando não vincular as colocações do
57 Sr. Valdecir Vicente, e que o ministério da pesca faz a solicitação de estar vinculado
58 a uma associação. Para dar andamento a reunião a Sra. Priscila Nobres segue com
59 o tema explicando que o método utilizado para alcançar as 30 (trinta) comunidades
60 foi o “bola de neve”, a partir da indicação por parte de algum indivíduo daquela
61 comunidade. Diante das informações, ministrou um Perfil para as Famílias
62 Beneficiárias e, fez a leitura sugerindo correção da mesma. Considerou a
63 importância das famílias atenderem alguns critérios para serem consideradas
64 beneficiárias da RDSM e a subdivisão das categorias para esse perfil. A conselheira
65 Sheila Lopes Félix (ASCAPI) relatou um fato recorrente no Irajá de pessoas que vem
66 de outras regiões para fazer cata do caranguejo (fazendo uso de redinhas) e quando
67 acaba o período, essas pessoas desaparecem. E questionou se essas pessoas se
68 enquadrariam em alguma categoria citada na minuta. A Sra. Priscila Nobres
69 responde que não, porque essas pessoas teriam que estar no mínimo três anos no
70 território e ser reconhecida pela comunidade. O Sr. Aladim faz um alerta que a
71 fiscalização solicitará a carteirinha de beneficiário dos usuários, e que será preciso
72 fazer o cadastro para se enquadrar ao perfil. A criação da resolução também vai ser
73 para proibir. A Sra. Priscila Nobres segue falando das atividades predatórias e das
74 ilegalidades serem ato de infração para todos (beneficiário e aventureiro). O
75 presidente Aladim Cerqueira faz uma ressalva de que mesmo os pescadores terem
76 a carteirinha de pesca (RGP), mas não estiverem cadastrados e não for reconhecido
77 como beneficiário, não poderá executar nenhuma atividade dentro do território da
78 RDSM. A Sra. Priscila Nobres ratificou que a criação da resolução é para criar um
79 perfil das Famílias Beneficiárias. E faz um comparativo da cesta básica, fornecida
80 pela prefeitura (SEMAM) no período da andada do caranguejo, de ser uma política
81 pública voltada para o “beneficiário”. Então, as políticas públicas estão voltadas para
82 os beneficiários. Porém, não são todos beneficiários que tem direito a cesta básica
83 devido as categorias previstas - usos diferentes dos recursos. Ana Paula Corrêa
84 (Instituto Peroá) faz um questionamento das atividades primárias e secundárias e

85 sugere mais clareza no item I - residir no território..., sugerindo desenvolver uma
86 das atividades dentro desse item na resolução. O Sr. Gilmar Martins, pescador
87 tradicional, relata sobre taxa cobrada para emissão de carteirinha de pescador. O
88 presidente Aladim Cerqueira reforça mais uma vez que a carteirinha de pescador é
89 uma política do Ministério da Pesca, e é notório o problema existente com vários
90 pescadores para essa regularização, muitos ainda não possuem o RGP. Vai
91 acontecer uma reunião, o convite se estende para secretaria de agricultura, para
92 discutir sobre o evento que irá atender essa demanda de regularização dos
93 documentos dos pescadores, contribuindo para o cadastro dos beneficiários da
94 RDSM. O Sr. Gilson, liderança da comunidade, se manifesta ressaltando que a
95 cartinha de pesca (artesanal/amador) é obrigatória em todo território brasileiro, e
96 também para receber qualquer benefício/seguro de pescador. O Sr. José Luiz se
97 manifesta para esclarecer a possibilidade criada pelo Ministério da Pesca, uma
98 questão antecede essa situação, que só era possível a emissão do RGP via
99 associação ou via colônia, e quando o pescador não era filiado era cobrado uma
100 taxa pelo cadastro. Então, para evitar a cobrança dessas taxas o pescador passou a
101 ter autonomia com o cadastro junto ao ministério. Priscila Nobres se manifesta para
102 esclarecer melhor o discurso e cita as meninas do artesanato como exemplo: é
103 sabido que elas são do território, mas que não foi citada a carteirinha de artesanato,
104 porém fica previsto para o conselho homologar e deliberar situações semelhantes e
105 específicas, que fogem do que foi regulamentado na resolução. A conselheira
106 Margareth Cabidelli levanta uma dúvida em relação a carteirinha de pesca no
107 território nacional com área da preservação (RDSM), se somente o beneficiário pode
108 ter acesso essa área. O presidente Aladim esclarece mais uma vez que o pescador
109 para pescar em qualquer área do território nacional ele precisa da carteirinha de
110 pesca, porém dentro da Unidade de Conservação da RDSM, após estabelecer
111 regras específicas, como a do Perfil das Famílias Beneficiárias, somente quem for
112 beneficiário do território. O presidente passa a palavra para o conselheiro Wellington
113 Moura Pego (APECI) que informou da existência de uma comissão nacional dentro
114 do Ministério da Pesca, onde ela avalia, consulta toda instrução normativa, feito isso,
115 é remetida para todas as entidades do Brasil. Ressaltou a existência de uma
116 secretaria nacional que trata da legalidade do pescador através do RGP. Além disso,
117 dentro dessa comissão o município de Aracruz está representado por algumas
118 entidades, dentre elas a APECI e APESCAL, que trata de todos os assuntos
119 relacionado a pesca, e que podem ser levados para conhecimento da secretaria.
120 Reforçou ainda da importância dos pescadores estarem vinculados à essas
121 entidades para facilitar qualquer subvenção. O Sr. Aladim Cerqueira retoma a
122 palavra e pontua sobre o que foi levantado por Ana Paula (Instituto Peroá) no art.1º,
123 Item I da minuta de resolução, sugerindo revisão desse parágrafo. A conselheira Ana
124 Paula propõe citar a descrição de algumas atividades (a pesca, à cata e/ou
125 artesanato). A conselheira Maria José Magalhães (AMIP) faz um questionamento se
126 pode ter mais de uma atividade e se a carteira é válida somente na região rio

127 Piraquê-Açu. Priscila Nobres relembrou o que diz no SNUC sobre a criação da
128 Unidade de Conservação e de preservar o modo de vida das comunidades
129 tradicionais, que são os beneficiários, as pessoas que se beneficiam desse local, e
130 impedir a exploração desse recurso. O professor Gilton Luiz Ferreira (UFES) faz
131 uma observação sobre identificar melhor o caráter de aprovação do perfil. A Sra.
132 Jaciara faz um questionamento sobre trazer amigos para participarem da
133 descoberta. O presidente Aladim Cerqueira reconhece ser um questionamento
134 pertinente e esclarece que o cadastro é de reconhecimento do usuário, depois terão
135 regras específicas para cada um. Um pescador tradicional faz um questionamento
136 sobre a pesca esportiva. Aladim Cerqueira pontua que esse perfil estar reconhecido
137 na categoria D da minuta, e que será regulamentado, assim como foi feito com a
138 regulamentação da resolução da rede. E ressalta que o cadastro traz uma ideia clara
139 da quantidade de usuários do recurso da RDS, e a parti disso o conhecimento sobre
140 a capacidade de suporte desse ecossistema. Nesse sentido, a importância da
141 capacitação e criação de novas regras conforme a necessidade existente (espécies
142 ameaçadas por exemplo), que também reforçou a importância desses usuários
143 serem conhecedores e defensores das regras. A Sra. Priscila Nobres retoma a
144 leitura da minuta de resolução e, faz as alterações sugerida pelos membros
145 presentes na plenária. André Amado (FOREST) se manifesta sobre a estratégia
146 usada com os moradores locais para validação/reconhecimento como usuário, e o
147 cuidado em ficar bem amarrada a resolução, sem brechas. A Sra. Lucimara Caetano
148 (SEMAM) é convidada a fazer uma breve apresentação da experiência com o
149 cadastro dos catadores de caranguejo – **Projeto Vida no Mangue**. Que por sua vez,
150 fala da existência de um decreto, uma lei municipal, e que se baseiam em critérios
151 na validação do cadastro para entrega da cesta básica nos períodos de defeso e
152 andada. Dentre os critérios, existe o de denúncia que orienta averiguar através de
153 uma comissão interna existente, da qual serão julgadas. Sugere procurar a liderança
154 legalmente instituída daquela comunidade, enquanto associação. Se ainda existir
155 dúvidas, busca-se os órgãos públicos - CENDS, CRAS e os agentes comunitários. O
156 Sr. Presidente Aladim Cerqueira levanta uma questão sobre o caso dos pescadores
157 da sede de Aracruz que fará o reconhecimento dos moradores que podem ser
158 cadastrados, e que não serão todos reconhecidos como beneficiários. Diante disso,
159 faz uma sugestão ao texto no art. 1ª, item I - ser validado pela liderança comunitária
160 e notoriamente reconhecido pela comunidade beneficiária. Antes da finalização
161 desse assunto, o representante da comunidade indígena de amarelos levanta um
162 questionamento em não visualizar uma cláusula específica para as comunidades
163 indígenas dentro da minuta e, ressalta o formato da organização indígena não se
164 atrelar somente as associações, sendo um ato jurídico o cacique como
165 representante. O Sr. Presidente Aladim sugere estabelecer um item específico para
166 os beneficiários indígenas em ser validado pelo cacique e por lideranças das
167 associações dessas comunidades. Priscila Nobres (Gerente de Projetos) confere o
168 quórum novamente para seguir com a votação. O presidente Aladim Cerqueira

169 submete aos conselheiros titulares quem é favorável a aprovação da Resolução que
170 dispõe do Perfil das Famílias Beneficiárias da RDSM Piraquê-Açu e Mirim e, que fica
171 então, aprovada pelo Conselho. Dando sequência, seguiu-se para o **Item 3:**
172 **Apresentação do Cronograma de execução do Plano de Manejo – Professor**
173 **Gilton Luiz Ferreira (UFES)** - Sr. Presidente Aladim agradeceu a presença do
174 convidado passando a palavra para o mesmo. O Sr. Gilton Ferreira começou
175 cumprimentando a assembleia e explicando o que o motivou a participar da reunião,
176 e fez uma breve apresentação do que está rolando no processo de contratação do
177 Plano de Manejo que está rodando dentro da universidade, e como seguimento do
178 estado, segue algumas burocracias. Que por sua vez, depende de alguns ajustes
179 para a finalização. A ideia é de produzir um filme, de cinco minutos no máximo, que
180 retrate o que é uma RDS, o Plano de Manejo, e que esse viralize levando
181 informações para as pessoas, não só da beleza cênica, mas também da parte
182 educativa. Foi feita uma reunião, com a presença do Giuliano e da Priscila, sobre o
183 cronograma de atividades do Plano de Manejo durante o ano de 2025, e que será
184 apresentado ao conselho. A partir deste cronograma, será escrito o Plano de
185 Trabalho – todas as atividades; etapas com as datas previstas, que também será
186 apresentado ao conselho. Basicamente o que já está sendo executado no plano é o
187 zoneamento (o que pode e o que não pode em cada área) e as normas. Além disso,
188 os usuários e a população precisam saber da existência e da construção deste
189 plano, que vai ter normas, e que depois terão que ser obedecidas. Priscila Nobres
190 complementa a importância de conhecer o que é uma Unidade de Conservação e
191 seus regramentos. A conselheira Ana Paula (Instituto Peroá) se manifestou sobre a
192 formação do GT para acompanhar a construção do Plano de Manejo, e levantou um
193 questionamento dos limites e das áreas de amortecimento da RDSM. O professor
194 Gilton informou estar tudo dentro do escopo do trabalho, e que será apresentado
195 novamente. E seguiu esclarecendo que todo plano de gestão do território, ou seja, o
196 Plano de Manejo, mas também o Plano Diretor Municipal, o Plano de Saneamento...,
197 qualquer um desses instrumentos, obrigatoriamente tem período de revisão previsto
198 em lei federal. A conselheira Luciana (SOAST), se manifestou sobre a expansão das
199 áreas comerciais e da preocupação com a preservação das áreas de proteção
200 ambiental. O professor Gilton encerra sua fala pontuando a importância da
201 participação das entidades que compõe o conselho e as comunidades na construção
202 do plano. O Sr. Giuliano Martins (UFES) faz uma complementação da metodologia
203 (ICMBio) utilizada na construção do plano, de ser de forma coletiva (deliberativa), e
204 com auxílio da coordenação da instituição. E o material já existente (Plano de
205 Manejo/2010) que contém o diagnóstico de fauna, flora, solo, relevo... será
206 aproveitado – revisão bibliográfica. O Sr. Presidente Aladim deu sequência com o
207 **Item 5 - Formação do Grupo de Trabalho (GT) para acompanhamento da**
208 **contratação do Plano de Manejo – Comunidades tradicionais; Associações;**
209 **ONG's; Poder público; Setor público:** Wathaanderson Rocha (INCAPER);
210 Margareth Cabidelli (CICASC); Maik (Hyppocampus); Sheila Lopes (ASCAPI);

211 Eulalio Marreta (Liderança Irajá); Luciana Casate (SOAST); Ana Paula (Instituto
212 Peroá); André Amado (FOREST); Wellington Pego (APECI); Cacique Jonas (Aldeia
213 Areal). Encerrando os pontos da pauta, passou-se para os **Informes gerais**, o
214 Presidente Aladim passou a palavra para o Maykol Hoffmann (UFES) que melhor
215 explanou sobre o andamento do projeto - **Relação prometida com as**
216 **comunidades - Projeto “Manutenção do Estoque Natural: Experiências**
217 **Compartilhadas com a Comunidade Extrativista (ENEC)”- Prof. Dra. Mônica**
218 **Tognella/UFES.** Maykol Hoffmann destacou sobre o acompanhamento das áreas
219 que estão em processo de recuperação natural, como está sendo esse
220 desenvolvimento das espécies, e também as análises genéticas que estão sendo
221 feitas das árvores saldáveis para entender melhor o parentesco e, que serão a fonte
222 das sementes para recuperação da área morta. Ressaltou também o projeto dos
223 piers flutuantes que vai auxiliar nas atividades de plantios. Algumas áreas de
224 mangue, com características específicas, serão aplicadas técnicas através de
225 estudos feitos com o conhecimento dos povos tradicionais para melhores resultados.
226 Todas as burocracias existentes para o auxílio dos catadores/pescadores que irão
227 participar do projeto, já foi solucionado. Algumas plântulas já foram plantadas (8.000
228 mudas), utilizando o método de adensamento, para testar o experimento e as
229 análises. A Sra. Marcely Fraga faz um questionamento da previsão de iniciar o
230 plantio com os pescadores. Maykol Hoffmann afirma ter entrado em contato na
231 semana que antecedeu a essa e que já está agendada uma atividade nos dias 16 e
232 17 de dezembro junto as comunidades para o primeiro contato, e então em janeiro
233 iniciar de fato o plantio. A conselheira Maria José Magalhães (AMIP) compartilha
234 uma iniciativa de criar algumas mudas a partir de alguns propágulos coletados na
235 praia. Naiara Bitti (Suplente do Presidente) se manifesta sobre a importância de
236 passar pelo conhecimento da coordenação da RDSM para não sobrepor os projetos
237 já existentes. Maykol Hoffmann ressalta sobre a preocupação, tanto de genética
238 quanto da sobrevivência da adaptação dos propágulos de um rio no outro, por esse
239 motivo as análises de genética serem tão importantes. O Sr. Aladim ressalta sobre o
240 rigor técnico científico de registro, e metodologia, que existe no projeto da professora
241 Mônica. Cacique Jonas se manifesta a respeito da importância da recuperação do
242 manguezal na região de Santa Rosa. O presidente Aladim Cerqueira retoma o **Item**
243 **4 Informes Gerais - Proposta do cronograma das Reuniões do Conselho**
244 **Deliberativo da RDSM – ano 2025.** Então, fica definida as datas das reuniões pelo
245 conselho nos dias 09 de abril; 13 de agosto; 10 de dezembro, sempre as quartas-
246 feiras – as 14h. Com aprovação da ATA da 14ª Reunião Ordinária o presidente do
247 Conselho encerrou a décima quarta Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo da
248 Reserva de Desenvolvimento Sustentável Municipal (RDSM) Piraquê-Açú e Piraquê-
249 Mirim às dezessete horas e quinze minutos eu, Rosicléa Mattos
250 _____ lavrei a presente ata em trinta de dezembro do ano de
251 dois mil e vinte e quatro.

13

252

253

254

Presidente

255

INCAPER

APESCAL

AMIP

APECI

SOAST

VOZ DA NATUREZA

CICASC

Hippocampus

Instituto Peroá

AGRIBOVIS

FOREST

256